

Análise dos principais aspectos históricos inerentes à influência italiana na introdução das partidas dobradas em Portugal

Miguel Lira

RESUMO

Diversos autores defendem que a contabilidade por partidas dobradas é conhecida e aplicada em Portugal desde finais do século XV – ou inícios do século XVI – e que os cidadãos das cidades-estado da Península Itálica tiveram uma primordial importância na introdução desse método, devido às fortes relações comerciais, e não só, estabelecidas entre Portugal e as repúblicas italianas, à época. Este artigo pretende inferir sobre a sustentação, ou não, da tese anteriormente defendida, com base em evidências históricas, sendo que as conclusões a que chegamos admitem como válida e correcta esta percepção da evolução do pensamento contabilístico português.

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Por diversas vezes, e ao longo dos últimos anos, cruzámo-nos com a opinião de diversos autores de como e quando o método de escrituração contabilística por partida dobrada teria sido introduzido em Portugal.

Estes autores – cuja identificação será realizada no ponto seguinte deste trabalho – afirmam que o método digráfico é conhecido e aplicado nesse país desde, pelo menos, finais do século XV ou inícios do século XVI. Também não deverá ser descurada a importância dada por estes aos cidadãos das cidades-estado da Península Itálica na introdução desse método, devido às fortes relações comerciais, e não só, estabelecidas entre Portugal e as repúblicas italianas, à época.

Como esta ideia/teoria nos pareceu verosímil e interessante, despertou o nosso interesse para o seu desenvolvimento. Contudo, e embora esta seja aliciente do ponto de vista da evolução do pensamento contabilístico português, nenhum dos vários autores anteriormente referenciados a aprofunda. Após uma resenha bibliográfica entre os principais investigadores da história da Contabilidade portuguesa, não encontramos nenhuma grande análise das relações entre italianos e portugueses, isto é, nenhuma investigação foi realizada que permitisse responder a questões como: As relações comerciais entre estes dois povos eram regulares ou quantitativamente importantes?; Existia uma grande fixação de naturais da Península Itálica em território português?; E, em caso afirmativo, qual a importância dessa comunidade italiana, especialmente a que se dedicava ao comércio?; A presença de uma comunidade portuguesa nas diversas cidades-estado da Península Itálica foi notória, ou não?; entre outras questões pertinentes.

Para obter respostas a estas questões, inferindo desse modo sobre a sustentação, ou não, da tese anteriormente defendida, tivemos de nos socorrer, maioritariamente, de historiadores cujos trabalhos versam as relações luso-italianas.

Impõe-se, também, esclarecer que neste trabalho não apresentamos documentos inéditos, eventual fruto de metódicas pesquisas em arquivos. Preocupámo-nos apenas com a compilação e estudo de trabalhos já publicados, relacionando-os e tirando dessa conexão diversas conclusões.

Portanto, é nosso objectivo com este artigo chamar a atenção para alguns aspectos do relacionamento luso-italiano, desde o século XIII ao século XVI, sem tentar, contudo, apresentar nenhuma novidade em termos históricos. Trata-se, sobretudo, de referir as relações comerciais e financeiras existentes e largamente documentadas, para melhor compreender a interligação entre Portugal e as repúblicas italianas, evidenciando dessa forma a importância dos cidadãos “italianos” na introdução do método digráfico no nosso país.

2 OPINIÃO DE DIVERSOS AUTORES SOBRE A INFLUÊNCIA ITALIANA NA INTRODUÇÃO DO MÉTODO DIGRÁFICO EM PORTUGAL

Antes de apresentarmos as opiniões dos diferentes autores que defendem a influência dos cidadãos das cidades-estado da Península Itálica na introdução do método contabilístico das partidas dobradas em Portugal ocorrida em finais do século XV ou inícios do século XVI, convém referir qual a importância da Península Itálica na evolução do pensamento contabilístico mundial. Nesta perspectiva cabe salientar que foi nesse território que se deram os primeiros desenvolvimentos realmente importantes na Contabilidade, sobressaindo a “invenção”, algures nos finais do século XIII, do método de registo contabilístico por partidas dobradas, fruto de um desenvolvimento gradual da técnica contabilística. Para Kam (1990, pgs. 16 e 17) os principais factores que levaram ao desenvolvimento do método digráfico nas repúblicas italianas foram essencialmente os seguintes: condicionalismos de índole geopolítica, como a sua posição geográfica privilegiada, o facto de se terem mantido à parte do sistema feudal, os sistemas políticos adoptados, etc.; a evolução e o desenvolvimento da banca e dos instrumentos de crédito; o aparecimento das sociedades comerciais substituindo, desta forma, o comércio praticado por particulares isolados; o aumento da população citadina europeia; e diversas inovações tecnológicas e científicas, como a invenção da imprensa, a introdução na Europa do papel e da numeração hindu-arábica, de cariz decimal, etc.

Para além disso, foi também um italiano, Luca Pacioli, quem publicou o primeiro livro impresso onde foi exposto o método digráfico. Dentro da *Summa de Arithmetica, Geometria Proportioni et Proportionalità*, espécie de enciclopédia das ciências matemáticas, publicada em Veneza, em 10 de Novembro de 1494, encontrava-se o *Tractatus de computis et scripturis* onde o autor disserta sobre como se deve escriturar, que cuidados são necessários, quais os principais registos, como saldar contas, quais os principais livros que deveriam ser usados, etc., no citado método contabilístico.

Retornando à questão principal deste trabalho, Estevens (2000, pg. 7) questiona-se:

será que o método digráfico em Portugal, não é coevo da sua aplicação noutras nações, particularmente das repúblicas italianas dada a influência dos seus comerciantes, conhecedores de métodos contabilísticos mais avançados, implantariam nos países de imigração a sua cultura? É assim provável que a aplicação do método digráfico no nosso país seja conhecida, pelo menos desde princípios do século XVI, época áurea do comércio português no mundo.

Por outro lado, Gomes (2000, pg. 9) acrescenta:

tal como é do conhecimento geral, Portugal desempenhou um papel importante no comércio internacional na época dos descobrimentos. O seu relacionamento com vários países, entre os quais Itália, leva-nos a colocar a possibilidade de, através do contacto com mercadores de nações onde era praticado o método das partidas dobradas, os mercadores portugueses o possam ter aprendido e praticado nos seus registos.

Mais à frente no seu estudo desenvolve esta ideia¹:

mas não eram apenas os mercadores estrangeiros que enriqueceram com o comércio, também os portugueses realizaram fortunas com o trato ultramarino neste período, o que terá levado à necessidade de uma forma organizada de registos. O seu contacto com comerciantes de outros países, nomeadamente italianos, poderia tê-los colocado em contacto com o sistema digráfico. Daí que, embora não se conheçam provas documentais, não seja totalmente improvável o conhecimento deste sistema pelos negociantes portugueses nos séculos XVI e XVII. Foi averiguado que já na centúria de Quinhentos existia no reino quem conhecesse o chamado «modo de Veneza» e é muito provável que um ou outro dos judeus e cristãos novos, que na época preponderavam no comércio e nas finanças, o utilizassem nos seus registos.

A mesma ideia é partilhada por Lopes Amorim (1929, pg. 78), já que para este autor “as partidas dobradas deveriam ter sido introduzidas em Portugal nos princípios do século XVI, durante o reinado de D. Manuel”.

A opinião de Gonçalves da Silva (1970, pg. 41 e 151) assenta nos mesmos princípios que a dos autores anteriormente citados, na medida em que escreve:

quem primeiro as empregou em Portugal foram, presumivelmente, os mercadores florentinos, venezianos e genoveses que, depois da descoberta da Índia, se estabeleceram em Lisboa (...). Nos meados do século XVI, também as partidas dobradas eram conhecidas e adoptadas em muitas casas das principais praças da Europa. Dadas as estreitas relações comerciais e culturais que, nessa época, mantínhamos com as repúblicas italianas e os portos da Flandres, de estranhar seria, pois, que a Portugal nenhuma das novas chegasse do revolucionário «modo di Vinegia».

Por seu lado Rocha e Gomes (2000, pg. 8) adiantam que:

sabemos já do avanço em termos de conhecimentos contabilísticos e nomeadamente da partida dobrada, que tinham os mercadores italianos da época. Daí que seja de colocar a hipótese de estes mercadores italianos, em contacto com os portugueses, poderem ter transmitido os seus conhecimentos.

Como última opinião portuguesa, podemos indicar a de Paixão e Cardoso (1994, pg. 8), que afirmam: “também em Portugal, as partidas dobradas terão sido utilizadas a partir do século XV, facto a que não terá sido alheio o grande desenvolvimento que o comércio à escala internacional, com centro no nosso País, teve naquela época”.

Hendriksen (1970, pg. 30) compartilha, em traços gerais, desta visão, embora não realize um enfoque só sobre Portugal, na medida em que indica:

a partir de finais do século XV, as cidades italianas começaram a declinar politicamente e como centros de comércio. Com o descobrimento do Novo Mundo e a abertura de novas rotas mercantis, os centros de comércio passaram para a Espanha e Portugal (...). É pois, natural que o sistema italiano de Contabilidade, por partidas dobradas, se tivesse estendido a estes países².

Por fim, na opinião de Yamey (1996, pg. 310) os mercadores italianos e outros factores – no caso português, a dinamização do comércio e o envio de estudantes para escolas comerciais italianas – ajudaram à divulgação do uso do sistema de partidas dobradas.

3 PRESENÇA DE COMUNIDADES ESTRANGEIRAS EM PORTUGAL ENTRE OS SÉCULOS XIII E XVI

O comércio português começou a desenvolver-se no século XIII e obteve uma maior expressão a partir do século XIV, quer indirectamente, pelo estabelecimento de alianças políticas por via nupcial dos nossos reis e príncipes com importantes individualidades de regiões comerciais; quer directamente, ao ser permitida a fixação de estrangeiros em território nacional e ao lhes serem concedidas prerrogativas. O mais importante grupo destes estrangeiros englobava italianos, judeus e alemães. De referir que o acréscimo de relacionamento entre Portugal e os restantes países europeus, ocorrido a partir dos séculos XIV e XV, resultou, essencialmente, do desenvolvimento do comércio externo e da expansão ultramarina, para além de factores político-

militares e político-religiosos.

Por isso, a existência de colónias estrangeiras, para lá da vivência esporádica de naturais de outros países, começa a atestar-se e a deter algum significado demográfico nos séculos XIV e XV, particularmente desde finais do reinado de D. Dinis. O comércio, principalmente, o mercenarismo técnico-militar e o internacionalismo eclesiástico, num segundo plano, foram, sem qualquer dúvida, os factores principais de atracção de um número crescente de cidadãos de outros países.

No século XIV, Lisboa era constituída por animado painel comercial. Os estrangeiros eram, de acordo com Azevedo (1990, pg. 59): “em multidão, já de passagem, já com suas casas de negócio, traficando nos géneros do País, principalmente sal e vinho. O maior número de procedência era de Itália”.

Sobre esta mesma questão podemos citar Marques (1987, pg. 154): “fácil é verificar que quase todas as regiões contactaram comercialmente com Portugal durante os séculos XIV e XV. Houve, obviamente, regiões preferenciais. Sem interrupção e sempre com intensidade, a Flandres, com seu centro em Bruges, quer em 1320 quer em 1450. A Itália e, até certo ponto, a Catalunha, muito presentes em todo o século XIV e começos do XV”.

Tudo isto levou à criação de um importante núcleo de mercadores estrangeiros, residentes e com lojas, que serviam de intermediários na compra e na venda aos seus compatriotas, representantes do tráfico marítimo, tanto atlântico quanto mediterrânico.

Assim, podemos considerar que um marco importante no desenvolvimento comercial e económico português, e que resultou no aumento da presença de cidadãos estrangeiros, foi o advento dos Descobrimentos. Segundo Gonçalves da Silva (1995, pg. 7) “todos os compêndios de história apontam a deslocação para o Atlântico do centro comercial do mundo e a decadência das repúblicas italianas em proveito das nações ibéricas”³.

O papel desempenhado nos Descobrimentos pelos estrangeiros foi vital, especialmente no comércio com o Oriente, na medida em que eram eles que davam saída aos produtos que chegavam da Ásia e forneciam as armas para as esquadras e o que faltava para a realização das permutas no Oriente. Ao mesmo tempo, detinham um papel mais activo, pois participavam com os seus próprios navios e capitais nas expedições à Índia.

Como resultado directo, os estrangeiros vão-se paulatinamente estabelecendo em Portugal, e a partir do século XIV apresentavam-se com uma organização que antes não existia, sendo o grupo italiano – Repúblicas de Veneza, Florença, Génova e Milão – o mais importante, isto é, os mercadores italianos encontraram em Portugal um estratégico local de fixação. Estratégico porque com a troca da rota terrestre, de Marselha até Flandres, pela via marítima que contornava a Península Ibérica, tornou-se obrigatório escalar em algum porto português, onde aliás aproveitavam para fazer negócios.

Este movimento tornou-se ainda mais visível no século XV, em que Portugal desempenhou um importante papel no comércio mundial, e por isso, segundo Rocha e Gomes (2000, pg. 8), “foram vários os mercadores estrangeiros, nomeadamente italianos, que estabeleceram relações comerciais com os seus con-

gêneros portugueses e com a coroa portuguesa. Muitos destes mercadores desenvolviam o seu negócio em Portugal onde residiram por certo período de tempo”. Serrão (1992, pg. 54) acrescenta que os privilégios concedidos por D. Pedro I aos mercadores de Génova, Placência e Milão que “vinham a Portugal mostram a permanência de um comércio luso-italiano muito activo (...). Os contactos portugueses ter-se-iam estendido ao reino da Sicília, assim como à ilha da Sardenha abrindo novas perspectivas à colaboração luso-italiana na época dos Descobrimentos”.

Assim, em Agosto de 1481, quando D. João II é aclamado rei, as relações do reino português com as repúblicas italianas eram uma realidade sólida, assente em muitos anos de contactos, sobretudo de âmbito comercial. É de acrescentar que no século XVI, depois dos Descobrimentos dos portugueses e dos espanhóis, assistiu-se a um ainda maior aumento do tráfego entre as repúblicas italianas e alguns portos ibéricos, nomeadamente Lisboa.

Para finalizar este ponto, não deverá ser descurada a existência de associações comerciais entre mercadores portugueses e mercadores estrangeiros, tanto para empreendimentos de carácter internacional como para contornarem a lei portuguesa. Para Marques (1987, pg. 173), estas associações assumiam, por vezes, “feição defraudadora do fisco ou violadora das leis”. Contudo, nem todas as associações comerciais tinham por objectivo contornar a lei. Assim, como exemplo de uma associação luso-italiana, sem fins defraudadores, podemos apontar a que juntou Bartolomeu Lomelino com os seus parceiros portugueses Luís Eanes, Estevão Anes, Pedro Esteves e Lourenço Vicente, ao abrigo de um contrato para o fornecimento de trigo italiano a Ceuta (RAU, s/d, pg. 721).

4 COMUNIDADES ITALIANAS EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XIV A XVI

A importância destas colónias de cidadãos italianos no país, principalmente em Lisboa, é demonstrada através da concessão de benesses, entre as quais se salienta a possibilidade de eleição de um cônsul. Assim, durante o século XV, existe notícia de os Prazentinos e os Florentinos terem cônsules, com um carácter permanente, enquanto que era possível aos venezianos elegê-los esporadicamente. Alguns dos membros destas comunidades chegaram mesmo a ser admitidos no governo da cidade de Lisboa, após a respectiva naturalização portuguesa.

4.1 Comunidade genovesa

De todas as cidades-estado italianas, Génova foi a que mais cedo manifestou, em nível comercial, uma estreita ligação com a história de Portugal, estando presente nos momentos mais significativos da política expansionista portuguesa.

Nos começos do século XIV, em Portugal sentiu-se a necessidade de dispor de uma frota de guerra, moderna e eficaz, para combater o corso e a pirataria. Como não existiam, entre os portugueses, indivíduos com capacidades técnicas para atingir os objectivos propostos, recorreu-se ao estrangeiro, mais exactamente a Génova. Esta decisão resultou, principalmente, da fama mundial que a marinha genovesa detinha na época e da existên-

cia de interesses mercantis recíprocos.

O homem escolhido para a renovação da marinha de guerra portuguesa foi Manuel Pessanha, originalmente Pezano, de origem genovesa, a quem foi entregue o título de Almirante. No contrato celebrado, e segundo Albuquerque (1991, pg. 97), foram concedidas muitas mordomias, entre as quais casas, terrenos, ordenado elevado, um quinto das mercadorias apreendidas, a hereditariedade do cargo, etc., para que, com mais vinte homens dessa cidade, garantisse a actividade naval de galés para fazer curso ou defender as costas portuguesas do curso alheio. Passos (1956, pg. 151) adianta ainda que Pessanha serviu como diplomata junto do Papa e na capital inglesa.

Com os genoveses da armada vieram outros, ligados ao comércio, que em Portugal se estabeleceram, tornando-se, no dizer da época, estantes⁴. Em 1338, foi-lhes concedida uma primeira carta de privilégios, tendo as regalias sido consecutivamente ampliadas, primeiramente por D. Pedro I, em 22 de Junho de 1357 e 1363, e mais tarde, no tratado de paz assinado com Génova em Santarém, no dia 25 de Outubro de 1370 (Albuquerque, 1991, pg. 98). A partir daí foram sucessivamente renovadas até meados do século XV, o que prova a relevância da colónia, bem como a inserção gradual desses estrangeiros na sociedade nacional.

A situação destes italianos era tão boa que Rosário (1977, pg. 8) escreve “os Genoveses eram os estrangeiros mais favorecidos em Lisboa, onde viviam como se estivessem em Génova, considerando a capital portuguesa como porto nacional e onde actuavam com plena liberdade”. Para além de Lisboa, tanto no Algarve como nas ilhas encontram-se muitos genoveses envolvidos na produção e no comércio do açúcar.

Não deverá ser esquecido o facto de o genovês Cristóvão Colombo ter vivido em Portugal e ter apresentado a D. João II o projecto de chegar à Índia navegando para Ocidente – de que resultou a chegada ao continente americano, em 1494 – que o Príncipe Perfeito recusou.

Nos reinados de D. Manuel I e de D. João III continua a verificar-se a vinda para Portugal de vários genoveses, sobretudo ocupados na produção e comércio do açúcar insular, de que tinham sido os introdutores. Mas, e como aponta Rau (s/d, pgs. 717 e 718), a fixação dos genoveses foi de imediato secundada pela de homens vindos de outras cidades italianas, como Milão, Florença e, algumas décadas depois, Veneza.

4.2 Comunidade florentina

Os súbditos da comuna de Florença concorreram desde cedo com os seus conterrâneos italianos, sendo na época de D. Afonso V, e de acordo com Passos (1956, pg. 155), o grupo mais numeroso de estrangeiros em Portugal. Privilegiados, como os do condado de Milão e Génova, desde 1338, e autorizados a ter cônsules, conheceram renovações desses privilégios até meados do século XV, o que demonstra a sua persistência como grupo coeso e numeroso em terras portuguesas, sobretudo em Lisboa.

Mas quais os direitos concedidos? Resumidamente podemos apresentar os principais: os mercadores de Florença que viessem viver em Portugal gozavam de segurança em toda a parte, tanto no mar como em terra, incluindo protecção aos

seus haveres e mercadorias, podendo livremente entrar, circular e sair do país. Era-lhes permitido descarregar as suas mercadorias nos portos do reino, e das que vendessem ou trocassem pagavam apenas as taxas que eram aplicadas aos comerciantes portugueses. Relativamente às mercadorias que não fossem vendidas não lhes seria exigido nenhum imposto. Era-lhes igualmente consagrado o direito de os corsários portugueses não atacarem os seus navios, excepto se tivessem como destino os portos mouros. Caso isso acontecesse, e após reclamação ao soberano, eram-lhes devolvidas as mercadorias e paga uma justa indemnização (Barros, 1922, pgs. 404 e 405).

No reinado de D. João II, detinham relações muito próximas com o monarca e conservavam muitas sociedades no reino, especialmente na indústria, em desenvolvimento, do açúcar da Ilha da Madeira e nos descobrimentos ultramarinos.

4.3 Comunidade veneziana

Os venezianos não parecem ter constituído, no século XIV e mesmo nos começos do XV, qualquer colónia em terra portuguesa. Presentes no comércio e nos contactos de tipo diplomático, só mais tarde se interessaram suficientemente pelo país para nele se radicarem em número relevante. No entanto, e para Diffie (1962, pg. 269):

a ausência de venezianos, antes de 1392, entre os mercadores que receberam cartas de privilégio para habitarem e fazerem negócio em Portugal tem sido um autêntico enigma na história económica portuguesa. A partir da nomeação, em 1317, de Micer Manuel Pezagno de Génova como almirante de Portugal, e da concessão, em 1338, de cartas aos florentinos, genoveses, milaneses e cahorsinos⁵, pode-se dizer que a maioria das principais cidades e nações mercantis da Europa ocidental receberam privilégios – à excepção dos venezianos.

Este enigma é ainda mais desconcertante, na medida em que se sabe que estavam em Portugal no ano de 1309. A razão, geralmente apontada, para esta ausência encontrava-se nas relações com a Santa Sé entre 1308 e 1309. Resumidamente, em 1308, o Papa Clemente V viu-se implicado numa guerra contra Veneza, por causa da cidade de Ferrara. O Papa lançou, então, um interdito contra Veneza e excomungou os venezianos para onde quer que fossem. Numa bula, que chegou a Portugal em 1309, pediu a ajuda de todos os cristãos e autorizou-os a prenderem os venezianos e a apoderarem-se dos seus bens sem perigo de “caírem em pecado” (Diffie, 1962, pg. 271). Em conclusão, esta hipótese aponta para a bula papal ter sido seguida por D. Dinis, levando os venezianos a não poderem actuar em Portugal antes de 1392.

No entanto, Diffie (1962, pgs. 271 e 272), apoiando-se em dois documentos que encontrou no Arquivo do Estado de Veneza, afirma categoricamente, e sem perigo de refutação, que os venezianos estabeleceram relações comerciais com Portugal entre 1309 e 1392, num clima de boas relações, e é muito provável que também tivessem cá vivido, ainda que em número reduzido, embora não tivessem uma carta de privilégio semelhante à dos florentinos e de outros.

No que concerne à carta de privilégios concedida aos venezianos, datada de 1392, Oliveira (2000, pg. 79) indica que nela é garantida a integridade de pessoas e mercadorias venezianas que frequentassem Lisboa, ficando ainda isentos do pagamento da dízima sobre os artigos de carga ou descarga, pagando impostos apenas sobre o que vendessem. No reinado de D. João III concederam-se novos e ampliados privilégios aos mercadores venezianos, ficando estes isentos de pagar qualquer tipo de taxa, quer no acto de venda das suas mercadorias, quer no de compra de produtos necessários para os navios.

4.4 Comunidade milanesa

Ao lado dos genoveses, fizeram o seu aparecimento em Portugal os cidadãos do ducado de Milão, muitos deles demorando-se largos anos em Lisboa e outros chegando mesmo a fixar aqui residência permanente.

4.5 Comunidades italianas no Algarve

Como foi visto, Lisboa tornou-se um núcleo onde mercadores estrangeiros, residentes e com lojas, serviam de intermediários na compra e na venda aos seus compatriotas, para além de transacções comerciais com nacionais. Contudo, existiram outros focos comerciais onde italianos negociaram com vivacidade e em número considerável, com uma grande relevância para os situados no Algarve, visto que nesta região as benesses e direitos dos mercadores estrangeiros eram similares aos concedidos na capital⁶.

Devido a esse facto, os mercadores genoveses frequentemente dizimavam em primeiro lugar as suas mercadorias no Algarve antes de aportarem em Lisboa, enquanto que os venezianos descarregavam mercadorias em Lagos (Oliveira, 2000, pg. 79). Aliás, a costa algarvia era de há muito frequentada pelos italianos, que nela se instalaram e cuja presença ficou bem assinalada. Genoveses, sicilianos e venezianos, nos séculos XIII a XV, para além das viagens com fins comerciais, de onde se pode destacar a sua presença na indústria e comércio do açúcar, andavam em contínua faina da pesca do atum e ainda da baleia nesta costa. Já no século XVI, a colónia italiana no Algarve era tão numerosa e importante, que constituiu uma irmandade em Lagos, e chegou a possuir igreja própria, sob invocação de Nossa Senhora de Porto Salvo.

5 PRESENÇA ITALIANA NOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Os povos mediterrânicos, e em especial os italianos, apareceram com bastante frequência e com muito empenho nas tarefas inerentes às explorações ultramarinas dos Portugueses. Dessa participação terá existido uma primeira prova em 1341, na medida em que nesse ano foram promovidas duas expedições às Canárias nas quais também participaram naturais da Península Itálica. Foram eles Niccoloso de Recco, navegador genovês, que comandou uma frota de três navios, e o navegador florentino Angiolino de Tegghia. Outro exemplo da presença italiana nos inícios da Expansão Ultramarina é o de Bartolomeu Pallastrel, a quem foi entregue uma caravela, em 1420, com o fim de acompanhar Tristão Teixeira e João Gonçalves Zarco no reconheci-

mento e povoamento das ilhas de Porto Santo e da Madeira.

Para além dos exemplos já apresentados, há ainda a salientar o genovês Alvise da Mosto, que passou por Lagos pouco depois de 1450 e empreendeu três viagens à costa africana, devidamente autorizadas pelo Infante D. Henrique. Um outro italiano, Antônio da Noli, esteve envolvido na descoberta de algumas ilhas de Cabo Verde, na companhia do caravelista português Diogo Gomes, e veio a ser nomeado capitão da parte meridional da ilha de Santiago, por carta régia de 19 de Setembro de 1460. Usodimare, em 1455, empreendeu navegações comerciais pela costa da Guiné. Mais tarde, já no século XVI, os irmãos Francesco, Giuseppe, Paoloe Raffaele Adorno instalaram-se em Santos, no Brasil, na indústria do açúcar. Nesse mesmo ano, o veneziano Alvise Cá Da Mosto também se encontrava ao serviço do Infante D. Henrique⁷.

Para Passos (1956, pgs. 156 e 157):

ao infante D. Henrique, génio fecundo da marítima epopeia lusa, o qual surgiu na hora pertinente para unificar esforços, pruir tenacidades e brios, e ajudar a definir-se a magna tarefa em gestação, não faltaram navegadores italianos a fim de, nas garbosas caravelas, em sucessivas e duras viagens, reconhecerem os litorais africanos, ainda que nem todos com a investidura dos comandos. Uns vieram contratados e outros seduzidos quer pelo espírito das aventuras quer pelo interesse mercantil.

Então, podemos facilmente constatar que os italianos estiveram seguramente presentes nas navegações portuguesas e no comércio delas resultante, e, de acordo com Albuquerque (1991, pgs. 99 e 100), por diversas vias:

1. Tomaram directamente parte em viagens ao longo da costa africana;
2. Existiu um importante elo de ligação com as cidades e estados italianos, em que a cartografia italiana foi fundamental. Afinal, pode-se dizer que todo o percurso feito por navegadores portugueses ao longo da costa ocidental africana teve eco na cartografia italiana;
3. Estiveram presentes, desde o início, na cultura da cana do açúcar. O rápido desenvolvimento do cultivo da cana e o correspondente aumento da produção de açúcar atraiu italianos à ilha da Madeira e à costa algarvia, sobretudo genoveses e florentinos, não só porque estavam a par dos circuitos comerciais do produto, mas também porque conheciam bem o trabalho especializado e muito diversificado que a actividade dos engenhos reclamava;
4. Participaram nas trocas comerciais com o Oriente, depois de estabelecida a carreira da Índia. Esta carreira nunca esteve fechada aos estrangeiros, e assim até mesmos venezianos, amplamente prejudicados com esta rota⁸, entre outros habitantes das cidades e repúblicas italianas, nela participaram. (grifos nossos)

6 ACTIVIDADE BANCÁRIA

Através das cartas de privilégio, e citando Estevens (2000, pg. 3), os membros das comunidades italianas entram na actividade bancária, em concorrência directa com os portugueses, principalmente com os judeus que se dedicavam a esta activi-

dade. Documentos datados de meados do século XIV demonstram bem que a quase totalidade da banca e dos negócios de câmbio se encontravam na mão dos italianos. Portanto, era aos florentinos, genoveses e milaneses que os portugueses recorriam quando precisavam de dinheiro emprestado ou necessitavam de trocar moeda estrangeira. Com efeito, na Lisboa do século XV, trabalhavam “activamente diversos mercadores-banqueiros que arrendavam contratos reais e avultavam na vida económica portuguesa pela movimentação e colocação de dinheiros e mercadorias que a nossa empresa descobridora já suscitava e necessitava” (RAU, 1969, pg. 189).

Como exemplo, Marques (1987, pgs. 176 e 177) indica que

em 1389 uma rede de banqueiros-mercadores genoveses e prazentins residentes em Bruges tinham os seus representantes em Lisboa, na pessoa de outros mercadores genoveses que passavam letras de câmbio a altos funcionários portugueses em viagem oficial. Em meados do século XV, o banco florentino dos Pazzi agia em Lisboa através de delegados seus – mercadores genoveses – para o mesmo efeito. Um pouco mais tarde, os Medici de Florença, o chamado «Monte» da mesma cidade, e os Cambini de Florença e Roma estavam em ligação com Portugal através dos Lomellini e de outros genoveses, associados seus.

No século XV, outros houve que se lançaram, a título individual, na actividade bancária, como Giovanni Salvago, que fundou em Lisboa a primeira casa bancária. Também Bartolomeu Marchioni deteve um importante papel nesta actividade, o que pode ser comprovado pelo facto de ter sido na sua casa que D. João II terá depositado as quantias necessárias à viagem de Pero de Covilhã e Afonso Paiva, quando os enviou em busca do Preste João, em 1488 (FERNANDES, 1991, pgs. 43 e 44).

Os florentinos Frescobaldi e Gualterottie Semigi, para além do já mencionado Marchioni, eram os principais financiadores do rei no que toca aos montantes necessários para o reino português fretar os navios com destino às Índias Orientais. Já em 1508, os Affaitadi mostraram-se como competidores dos florentinos (KELLENBENZ, 1960, pg. 126).

7 COMERCIANTES ITALIANOS EM PORTUGAL

A primeira referência a um cidadão italiano em Lisboa remonta a 1278⁹. Trata-se de uma referência indirecta, já que é uma alusão a um Dom Vivaldo, nos arquivos da cidade de Flandres, que era “cidadão de Lisboa” (BARROS, 1922, pg. 388). Para Diffie (1962, pgs. 269 e 270), esta concessão de cidadania só poderia ter resultado de uma longa permanência nessa cidade.

Há a referenciar no contexto da influência de italianos em Portugal, pelo lugar que viriam a desempenhar muitos membros da sua família, a chegada em 1424 do mercador Bartolomeu Lomelino (originalmente Lomellini). Este obteve, juntamente com os seus parceiros portugueses Luís Eanes, Estevão Anes, Pedro Esteves e Lourenço Vicente, um contrato para o fornecimento de trigo italiano a Ceuta.

Nos anos seguintes, assistiu-se à chegada de familiares

seus, salientando-se Marco e Daniel Lomelino, que obtiveram o contrato de monopólio da exportação de cortiça, firmado em 21 de Junho de 1456. Estes dois indivíduos surgiram como cabeças de um grupo de genoveses e florentinos, que incluíam ainda o genovês Domenico Scotto e o florentino Giovanni Guidetti, pese também o facto de, ao mesmo tempo, estes dois representantes da família Lomelino movimentarem grandes valores ligados à actividade bancária. Outro membro desta importante família foi Filipe Lomelino, que se estabeleceu comercialmente em Lisboa e obteve uma Carta de Segurança Real em 25 de Março de 1452.

D. Afonso V, a 11 de Outubro de 1468, acaba por conceder uma nova carta de segurança e privilégios a alguns membros desta família, pelo período de cinquenta anos. Um ramo desta família aproveitou esta benesse para se fixar na Ilha da Madeira e dedicar-se ao comércio do açúcar, vinhos e conservas. Podemos mesmo afirmar que as trocas comerciais e as ramificações financeiras desta família se deveram, na sua quase totalidade, ao favor deste monarca (RAU, s/d, pg. 722).

Marques (1987, pg. 173) adianta que várias companhias estrangeiras – com formas variadas de organização – estavam interessadas nos produtos portugueses. As mais conhecidas foram as italianas¹⁰. Durante o reinado de D. Afonso V, encontravam-se activas, para além da companhia que detinha o monopólio de cortiça, duas companhias de fama internacional pertencentes a italianos: a dos Bardi, de Florença e a de Pistoia, da qual não existe muita informação da sua presença em território português.

Ainda durante o reinado deste rei, encontravam-se operativas outras companhias de importância internacional mais modesta, das quais se realçam a que detinha o monopólio dos couros vacaris, concedido em 1445, e que aglomerava genoveses e florentinos; a liderada pelo florentino Filippo d’ Ricci, que se estabeleceu no primeiro quartel do século XV; e a associação cuja personagem principal era Fillippo Pierozzi, que exerceu a sua actividade comercial em meados do mesmo século, detendo o monopólio da pesca do coral, que antes tinha pertencido a uma associação de comerciantes de Florença e Marselha.

Um outro grande comerciante, que exerceu várias actividades comerciais, foi o florentino André Cassana. No reinado de D. Afonso V, e em associação com Jacob de Colli, assinou um contrato válido por dez anos para a exploração do alúmen de todo o reino. Entretanto, tentou a sua sorte na indústria do açúcar da Madeira. Ao não ser bem-sucedido, mudou de ramo de actividade e, mais tarde, ainda na mesma ilha, obteve o monopólio da exploração do pastel¹¹, que o duque de Beja lhe cedeu em 1490, por seis anos. Por seu lado, D. João II passou-lhe uma carta de segurança para poder negociar em todo o país e também nas praças africanas.

Relativamente à indústria e comércio do açúcar na Ilha da Madeira, para além da família Lomelino, muitos italianos fixaram-se na ilha a partir de meados do século de quatrocentos. De acordo com Fernandes (1991, pg. 43), Giovanni Francisco Affaitati, Jerónimo Servigi e Lucas Giraldo seriam os grandes homens do açúcar na Ilha da Madeira. Mas muitos outros nomes italianos poderíamos ainda relacionar a esta actividade, tais como Caducci, Salviali, Lone, Doria, Cattaneo, Palma, Calvo, Leão, Fregoso, Ce-

sare, Sernigi, Marchioni, Cattaneo, Centurione, Usodimare, Salvago, Spínola, entre outros.

Para além do negócio do açúcar, que iniciou em 1529, Lucas Giralaldi notabilizou-se em várias actividades comerciais como a compra de pimenta e outras especiarias da Índia e da sua venda em Lisboa e Antuérpia, a exportação de escravos negros para as Índias Ocidentais, uma concessão para a colonização de Ilhéus no Brasil e uma sociedade com o Banco Cavalcanti em Roma, através do qual emprestava dinheiro a diplomatas portugueses e a eclesiásticos italianos. Grande parte da sua importância advém do facto de, em 1546, ter apontado as soluções para os grandes problemas que despontaram no comércio de Portugal com o Oriente.

8 COMUNIDADES COMERCIAIS PORTUGUESAS NA PENÍNSULA ITÁLICA NOS SÉCULOS XIV A XVI

A permanência de numerosas colónias italianas em Portugal pressupunha, para além de contactos económicos, políticos e intelectuais, a presença de portugueses na Península Itálica. Esta tese é defendida por Rau (1984) na medida em que, para esta historiadora, a concessão de privilégios ao conjunto de nacionais de certa nação estaria ligada ao incremento do comércio, sendo esses privilégios concedidos numa base de reciprocidade. Além disso, e de acordo com o estudo de Barata (1996, pg. 314), os produtos que eram carregados nos portos portugueses com destino ao Mediterrâneo, nomeadamente para a Península Itálica, eram em grande parte da responsabilidade de nacionais deste reino. Assim, realmente existiram diversas comunidades comerciais portuguesas na Península Itálica, sendo que as maiores situaram-se em Génova, a principal, Pisa e Roma, e em outros centros urbanos italianos e sicilianos de menor importância.

Na opinião de Rau (1973, pg. 3): “a «fortuna portuguesa» no Mediterrâneo, não só pode bem remontar à segunda metade do séc. XV, como até mesmo ao primeiro quartel desse século”, embora seja inequívoco que é no último quartel do século XV que os navios lusos começam a aparecer com maior regularidade. Por outras palavras, podemos considerar que a presença de navios portugueses no Mediterrâneo começou por ser diminuta, mas reforçou-se a partir da segunda metade do século XV, em especial no fim do século, altura em que a presença portuguesa avançou até às costas italianas, numa actividade auxiliar e supletiva das frotas italianas.

Este avanço deveu-se a novas condições favoráveis. Por um lado, o facto de Portugal possuir bons produtos para oferecer, especialmente açúcar e couros, e, no retorno, terem a viagem garantida com especiarias ou outras mercadorias, e por outro, o crescimento da marinha do reino, que excedia em muito as necessidades de transporte do país, pelo que essa actividade como que transbordou da sua região de origem para as áreas do Mediterrâneo Central. Igualmente, as relações com a casa Cambini, a qual emprestava dinheiro em Portugal, inclusive ao Rei, e que dominava o comércio dos couros, obrigaram a incrementar a presença portuguesa no território da actual Itália.

De facto, com o desenvolvimento do comércio do açúcar e dos couros, bem como com as necessidades financeiras do reino, ter-se-á observado um incremento no número de por-

tugueses nas cidades italianas referenciadas nos parágrafos anteriores. Por exemplo, para os finais do século conhecem-se até testamentos de portugueses residentes em Génova.

Observando que, segundo Barata (1998, pgs. 200 e 201), eram os mercadores portugueses que transportavam mercadorias, encomendas e abastecimentos de todo o tipo para as cidades italianas em que residiam portugueses, torna-se evidente que o aumento da presença de portugueses nas repúblicas italianas resultou num aumento das trocas comerciais, asseguradas por portugueses, com a Península Itálica.

Por outro lado, as bolsas dos estudantes e de outros residentes, bem como a manutenção das embaixadas e de membros do clero em cidades italianas, não dispensavam a intervenção dos mercadores, já que os pagamentos inerentes eram realizados através de letras de câmbio levadas, trazidas e descontadas por mercadores, casas comerciais ou pelos seus agentes.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do anteriormente exposto, podemos tirar algumas ilações. Por exemplo, e baseando-nos em Estevens (2000, pgs. 5 e 6):

- O papel dos italianos no comércio português do século XV era essencial, constituindo o mais importante grupo estrangeiro em Portugal, no que respeita aos capitais e técnica bancária em que eram mestres.
- As riquezas orientais prometiam elevados lucros e exigiam capitais e mercadorias de qualidade de que os portugueses não dispunham, derivando daqui a elevada importância que os italianos detiveram nos Descobrimientos portugueses.

Também deve ser frisado que a presença dos mercadores italianos, bem como a de artifices, artistas e eruditos, foi uma constante ao longo de vários séculos, assistindo-se a um aumento das suas regalias com o decorrer do tempo, até que em meados do século XVIII se contavam aos milhares os italianos residentes em Lisboa, sendo que ao longo do período em análise eram habituais a realização de parcerias comerciais luso-italianas, em formas diversas. A isto convém acrescentar que os portugueses comercializaram, estudaram e viajaram para e na Península Itálica, constituindo esta um enorme pólo de atracção para os cidadãos portugueses.

Em suma, foi a conjugação de vários factores referenciados ao longo deste texto – vasta presença de comerciantes naturais das cidades-estado italianas em território português; as associações comerciais estabelecidas entre portugueses e italianos; a importância que estes últimos tiveram nos Descobrimientos, dado o aumento do volume e da complexidade do comércio praticado devido a este acontecimento da História de Portugal; a presença portuguesa, a um nível comercial e estudantil, no território da actual Itália – que permitiu que as relações luso-italianas se revelassem muito estreitas e fortes durante os séculos XIV a XVI.

Ora, aceitando que o método digráfico consagrado na Summa de Luca Pacioli era conhecido antes de ser dado à estampa em 1494 é de admitir como válida e correcta a opinião de alguns estudiosos da evolução do pensamento contabilístico português: o método de escrituração contábil por partidas dobradas terá sido observado em Portugal desde finais do século XV ou inícios do século XVI, sendo determinante para tal evento a participação, directa ou indirecta, dos cidadãos das repúblicas italianas.



Miguel Lira

Docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Mestre em Contabilidade e Auditoria. Doutorando na área de Gestão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís de (1991). **Diálogo Luso-Italiano nos séculos XV e XVI** (Algumas notas). Separata da Revista Mare Liberum n.º 2.

AZEVEDO, João de (1990). **Elementos para a história económica de Portugal: Séculos XII a XVII**. Edições INAPA. Lisboa.

BARATA, Filipe (1996). Os fretes marítimos: de negócio a política do Reino. **Revista Portuguesa de História**, Tomo XXXI, Vol. I.

BARATA, Filipe (1998). **Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no mediterrâneo ocidental (1385-1466)**. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

BARROS, Henrique da Gama (1922). **História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV**. Typographia Castro e Irmão. Lisboa.

DIFFIE, Bailey W. (1962). Dois novos documentos referentes ao

comércio luso-veneziano no século XIV. **Revista Portuguesa de História**, Tomo X.

ESTEVEENS, Matilde (2000). **Das origens do comércio em Portugal à obrigatoriedade de utilização do método das partidas dobradas**. VIII Congresso de Contabilidade e Auditoria: a Contabilidade na viragem do milénio, 17 a 20 de Maio. Aveiro.

FERNANDES, Manuela (1991). Alguns aspectos das relações entre Portugal e as repúblicas italianas no último quartel do século XV. **Revista Portugaliae Historica**, 2. Série, Volume I.

GOMES, Delfina (2000). **A evolução dos registos contabilísticos e a aplicação da partida dobrada em Portugal**. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade do Minho. Braga.

GONÇALVES DE SILVA, F. V. (1970). **Curiosidades, velharias e miudezas contabilísticas**. Ed. Autor. Lisboa.

GONÇALVES DA SILVA, F. V. (1995). **Luca Pacioli – O homem e a obra. Luca Pacioli: Colectânea de artigos publicados na Revista de Contabilidade e Comércio. Anexo da Revista de Contabilidade e Comércio n. 205, Vol. LII, Abril 1995**.

HENDRIKSEN, Eldon (1970). **Teoria de la contabilidad**. Union Tipografica Editorial Hispano-Americana. Barcelona.

KAM, Vernon (1990). **Accounting theory**, 2. ed. John Wiley & Sons. Nova Iorque.

KELLENBENZ, Hermann (1960). Os mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530. **Revista Portuguesa de História**, Tomo IX.

LOPES AMORIM, Jaime (1929). **Lições de Contabilidade Geral**, Volume I. Empresa Industrial Gráfica do Porto. Porto.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474



Vai ficar tudo azul. Crédito* para você fazer o que quiser, até passar as férias de frente para um mar azulão.

A CAIXA tem crédito* com as melhores taxas para você fazer o que quiser: viajar, estudar, reformar a casa, tudo isso sem sair do azul. Procure hoje mesmo um Gerente da CAIXA e conheça todas as linhas de crédito que temos para você. Aproveite.

*Crédito sujeito à análise cadastral.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Editorial Presença. Lisboa.
- OLIVEIRA, Júlia (2000). **Veneza e Portugal no século XVI**: subsídios para a sua história. Tese de Doutoramento em História Moderna. Universidade de Lisboa. Lisboa.
- PAIXÃO, Judite; CARDOSO, Cristina (1994). **Do Erário Régio ao Tribunal de Contas**: Os Presidentes. Ed. Tribunal de Contas. Lisboa.
- PASSOS, Carlos de (1956). **Relações Históricas Luso-Italianas**. Academia Portuguesa da História.
- RAU, Virginia (s/d). **A family of italian merchants in Portugal in The XVth Century**: The Lomellini. Instituto Editoriale Cisalpino. Milão.
- RAU, Virginia (1969). Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV. **Revista Portuguesa de História**, Tomo XII.
- RAU, Virgínia (1973). Portugal e o Mediterrâneo no século XV. **Revista Portuguesa de História**, Tomo XII.
- RAU, Virgínia (1984). **Privilégios e Legislação Portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)**. Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime. Editora Presença. Lisboa.
- ROCHA, Armindo; GOMES, Delfina (2000). **Um contributo para a história da Contabilidade em Portugal**. 8º Congresso Mundial de Historiadores de Contabilidade, 19 a 21 de Julho. Madrid.
- ROSÁRIO, Morais do (1977). **Genoveses na História de Portugal**. Ed. Autor. Lisboa.
- SERRÃO, Joaquim (1992). **Portugal e o Mundo nos séculos XII a XVI**. Verbo. Lisboa e São Paulo.
- YAMEY, Basil S. (1996). **Scientific bookkeeping and the rise of capitalism**. Milestones in the british Accounting literature. Compilado por R.H. Parker e Stephen A. Zeff. Garland Publishing. Nova Iorque e Londres.

Notas

1. (Idem, pgs. 133 e 134).
2. Tradução do autor, bem como de todas as citações de obras estrangeiras deste artigo.
3. Barradas pelos turcos as velhas rotas das caravanas e desvendado pelos portugueses o caminho marítimo do Oriente, era natural que Génova, Florença e Veneza tivessem de assistir, impotentes e despeitadas, à triunfante ascensão de Lisboa – “primeiro porto do mundo, cabeça da Europa, lume da cristandade” – que, quase de repente, passara a capital dum império imenso (GONÇALVES DA SILVA, 1995, pg. 7).
4. O número exacto de quantos teriam sido os genoveses estantes – isto é, residentes –, nos séculos XIV e XV, não o sabemos. Apenas é certo o seu elevado número e o seu enorme poder (Marques, 1987, pg. 41).
5. Cahorsinos são os habitantes da cidade francesa de Cahors.
6. A obra de Gama Barros constante na nossa bibliografia, mais precisamente nas suas páginas 388 a 407, permite-nos tirar esta conclusão.
7. Para mais exemplos de cidadãos italianos envolvidos nos Descobrimientos consultar Albuquerque (1991, pg. 99), Rosário (1977, pg. 247) e Oliveira (2000, pg. 80).
8. Entre 1517, ano em que os turcos invadiram o Egipto, e 1530, Veneza viu-se obrigada a render-se totalmente ao comércio da especieira a favor de Portugal (KELLENBENZ, 1960, pg. 126). Para se ter ideia do estado calamitoso da situação comercial da República Veneziana, imagine-se que esta decidiu recorrer a Lisboa para conseguir o quantitativo suficiente de especiarias necessárias às suas próprias transacções comerciais (Oliveira, 2000, pg. 125).
9. Para um melhor conhecimento da importância dos cidadãos italianos em Portugal, poderá ser consultado o trabalho de Carlos de Passos constante na nossa bibliografia, onde são descritas pormenorizadamente as relações históricas luso-italianas, apresentando, igualmente, notas genealógicas das mais importantes famílias italianas que residiram neste país, bem como uma lista de alguns italianos que aqui serviram.
10. Embora também tivessem existido companhias flamengas, hanseáticas, inglesas e algumas mistas, com representantes de mais de uma nacionalidade (Marques, 1987, pg. 174).
11. Pastel era uma tinta azul, de inferior qualidade, usada na tinturaria e preparada a partir da *Isacta tinctorica*, planta muito comum na Madeira e nos Açores (Passos, 1956, pg. 165).